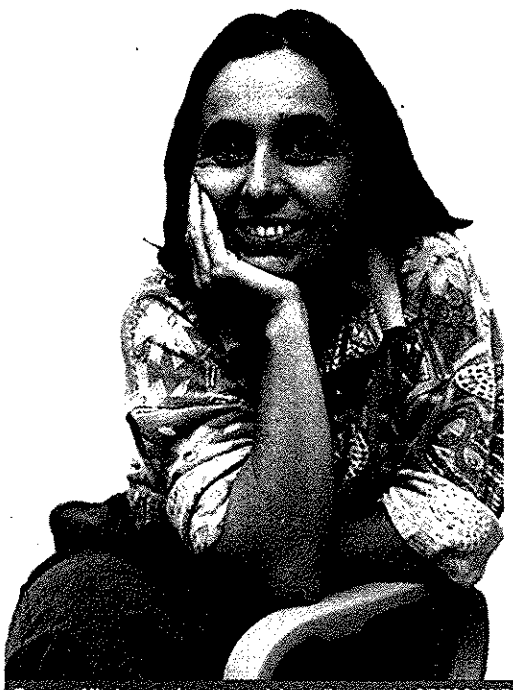
Acervo ISA

Em defesa dos quilombos



Rosana Mirales, assistente social, ex-diretora do CRESS-9ª Região. Foto: Beto Garavello.

As comunidades de Pedro Cubas e Ivaporunduva são descendentes de quilombos e se localizam do lado esquerdo do Rio Ribeira de Iguape, ao sudeste do Estado de São Paulo, no município de Eldorado. Para terem acesso à cidade, os moradores dependem da travessia do rio. A Vila de Ivaporunduva fica ao lado do Rio Ribeira e Pedro Cubas localiza-se a 10 quilômetros do mesmo rio. No local onde as pessoas de Pedro Cubas atravessam o Rio Ribeira, a Companhia Energética de São Paulo - Cesp, propõe a construção de uma barragem para a geração de energia elétrica. Caso esta barragem seja construída, a inundação decorrente da formação dos lagos atingirá a Vila de Ivaporunduva e parte do território dessa comunidade. A regularização das terras de quilombolas (prevista na Constituição Federal) se tornou um apoio nos processos de afirmação quilombola das duas comunidades, reforçando as suas posturas de defesa do rio e contra a construção de barragens.

A assistente social Rosana Mirales, ex-diretora do CRESS-9ª Região, foi estudar estas duas comunidades. E durante três anos, totalizando cinco meses de convívio com os quilombolas das duas comunidades, Rosana buscou aproximar-se das entidades civis e dos movimentos sociais dessas comunidades, para conhecer melhor sua dinâmica. Aos poucos, a pesquisadora deslocou o eixo de suas indagações e passou a tomar como referência a própria comunidade, procurando compreender o que elas diziam, para perceber as suas identidades. Mesmo permanecendo com mais constância em Pedro Cubas e Ivaporunduva, Rosana visitou outras comunidades quilombolas. Entrevistou seus habitantes, observou alguns rituais como a varação de canoa, as festas, os mutirões e os bailes. Agrupou inúmeros dados que redundaram em uma dissertação de pós-graduação (mestrado), desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, sob o título "A identidade quilombola das comunidades Pedro Cubas e Ivaporunduva". Rosana Mirales falou de sua pesquisa ao Jornal do CRESS, que, nesta edição, homenageia a comunidade negra deste país, por ocasião da comemoração do dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, o verdadeiro libertador dos escravos no Brasil. Sua luta deixou marcas na história do país. Ainda hoje, a causa de Zumbi ecoa através da luta dos negros brasileiros e dos remanescentes de quilombos, que vivem e resistem nas matas brasileiras.

As fotos que ilustram esta entrevista são de autoria de Rosana Mirales.

Vista do Rio Ribeira de Iguape, próximoa Ivaporunduva

Jornal do CRESS: Por quê você escolheu estas duas comunidades?

Rosana: Eu morei em Registro (SP) durante 5 anos e trabalhava na Secretaria de Agricultura (Assuntos fundiários) com muitas comunidades rurais da região. Quando vim para São Paulo eu queria continuar o trabalho que não tinha concluído. De certa forma eu tinha uma responsabilidade de deixar alguma contribuição para aquela população que eu tinha trabalhado por muito tempo. Fazendo o mestrado, me chamou muito atenção o movimento, na luta contra as barragens e de essas comunidades negras estarem se identificando como remanescentes de quilombos. Isso a meu ver era um processo claro de conscientização política e trazia um apoio na luta contra as barragens.

Jornal do CRESS: Como é organização política dessas comunidades?

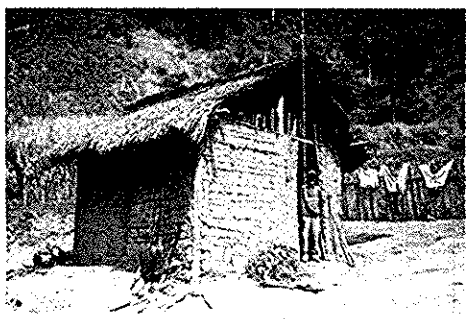
Rosana: Na comunidade de Ivaporunduva me espantava a capacidade de organização política deles. É algo que tem muito haver com a origem quilombola mesmo. Tem uma associação de bairro, tem um grupo de mulheres. Eles discutem permanentemente as coisas. É muito interessante a dinâmica deles. Já há pesquisas realizadas, como por exemplo a feita por Renato de Queiroz, na década de 80, indicando em Ivaporunduva a existência das rodas ou reuniões dos homens. É uma coisa meio coletiva mesmo. O mutirão que eles realizam demonstra esta unidade. A dinâmica interna se orienta por relações de reciprocidade. Havia distribuição de alimentos nos rituais religiosos. Para o autor, estas atividades garantiam a distribuição de bens materiais e que a comunidade se reproduzia na base da reciprocidade. Para fazer valer suas reivindicações os habitantes das comunidades se organizam em associações, grupos de mulheres e junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens. Essas organizações são base para a ampliação de suas relações, quando afirmam como negros, descendentes de escravos, posseiros e extrativistas, mostrando que a luta pela terra se constitui em um projeto político.

Placa avisa a propriedade quilombola

Jornal do CRESS: Como é a organização das mulheres?

Rosana: Elas têm um encontro uma vez por ano, na cidade de Eldorado (SP), que é uma grande festa na verdade. Elas elegem um tema e se mobilizam em cima deste tema. Teve um ano que elas escolheram o tema "cultura e alimentação", e aí foi uma grande festa, cada um foi vestido tipicamente, levou um prato tradicional. Os homens também vão para festar junto. Não é uma coisa feminista.

Jornal do CRESS: Sem o título de posse da terra, como as famílias das comunidades são vistas pelo sistema e quais os problemas enfrentados por eles?



Casa, em construção típica dos quilombola

Rosana: Eles são posseiros e estão reivindicando o título definitivo das terras, só que agora eles estão enfrentando dois problemas para regularização dessas terras. O primeiro é a sobreposição das áreas de preservação ambiental no território, e o segundo deles é a construção de barragens no Rio Ribeira, para geração de energia elétrica. No caso de Ivaporunduva há uma sobreposição do território deles, e tal projeto implica na inundação da Vila. No caso de Pedro Cubas, mesmo não tendo a inundação direta da vila, eles se colocam contra a construção das barragens por várias razões. Uma delas é a de terem parentes na outra região (Ivaporunduva) e se defenderem no coletivo. Além disso, eles entendem também que a construção da barragem traz um desenvolvimento que não favorece a eles e sim aos grandes fazendeiros. Consequentemente, isso implica na expulsão deles.

Jornal do CRESS: Uma vez que a população não possuía documentação, como foi o processo de reconhecimento dessas terras para efeito de solicitação legal delas?

Rosana: Esse processo envolveu todos os moradores em um exercício de lembranças, o que culminou na demarcação do globo do quilombo. A atividade que envolveu a demarcação mostrou que as posses familiares formam as terras coletivas, que estabelecem divisas com os terrenos de outras comunidades. Em 1993, vários mutirões se realizaram em Ivaporunduva, quando os homens, com a colaboração de um topógrafo, fizeram a demarcação do território. Nas regiões que fazem a divisa com a comunidades São Pedro e Pedro Cubas, os homens de Ivaporunduva contaram com a colaboração de alguns homens dessas comunidades na confecção de trilhas que demarcavam o território defendido pelas pessoas de Ivaporunduva. Isto mostrava o conhecimento territorial que cada comunidade tinha de seu quilombo e, ao mesmo tempo, registrava a primeira demarcação formal feita pela comunidade em seu território. Eles reconheciam de forma exata os limites de uma comunidade para outra.

Jornal do CRESS: Estas comunidades tem raízes, origem dos quilombos formados naquele local, ou eles chegaram lá?

Rosana: O processo de retomada da história deles foi muito rico. Se isso por um lado é dolorido para eles, porque significa reconhecer a descendência de escravos, e isso não é uma coisa tão fácil assim, por outro lado foi um processo de se reconhecer enquanto tal e valorizar esta história, que é muito sofrida, dolorida mesmo.

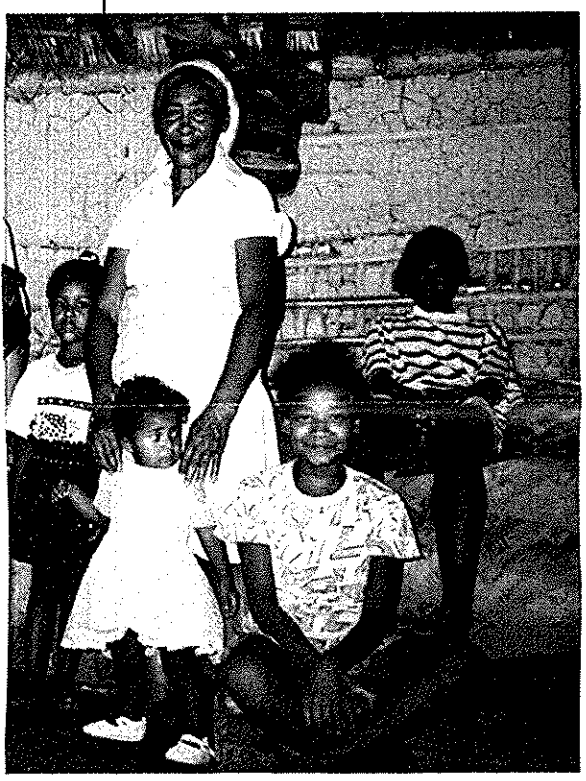
Jornal do CRESS: Como foi esta busca da história?

Rosana: Eles foram rastreando de onde é que cada família veio. O que dava para perceber é que são famílias. A família Furquim, a Meira , a Rodrigues, a Bernardo por exemplo, que você encontra nas várias comunidades. São grandes famílias que começaram a buscar as suas origens. A família Bernardo por exemplo, resgatou que, através de um dos senhores da comunidade de São Pedro (que não é uma comunidade que eu trabalhei, mas que também é vizinha das duas pesquisadas), o patriarca da família foi Bernardo Furquim. Ele foi um escravo que fugiu da região de Campinas (SP) e foi para aquela região. Ali casou-se três vezes e teve 24 filhos. Esses filhos ficaram em diferentes lugares. Daí esta família está presente em diferentes pontos nas diferentes comunidades.

Jornal do CRESS: A lei ampara essas comunidades? E em qual dispositivo as comunidades apoiam suas reivindicações?

Rosana: As leis são ambíguas no que diz respeito a questões essenciais às comunidades. Porém, o Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal estabelece a regulamentação das terras de quilombos. Essa lei afirma positivamente a identidade quilombola, incentivando-os a rever a sua história, memórias, famílias e a demarcarem as terras coletivas.

Jornal do CRESS: Quantas famílias fazem parte da duas comunidades?



Rosana: A comunidade de Ivaporunduva tem 62 famílias e a de Pedro Cubas tem 98 famílias. Com uma população de cerca de 500 pessoas.

Jornal do CRESS: Como está atualmente a situação das duas comunidades ?

Rosana: Eles vivem em permanente conflito com a lei ambiental. Eles viviam (antes da lei) da pesca, da caça e do extrativismo, principalmente do palmito. Além do plantio de roça. No plantio das roças, eles não podem mais preparar o terreno, porque tira a vegetação e a Lei Ambiental não permite. No que diz respeito ao extrativismo do palmito, eles não podem fazer mais, em razão da proibição do corte de árvore. Neste caso, a arvore do palmito é cortada e por isso eles estão proibidos de fazê-lo. Inclusive a pesca e a caça.

Jornal do CRESS: Existe uma fiscalização constante da Polícia Florestal?

Rosana: Existe uma fiscalização rigorosa na região toda, porque aquela região inteira é preservada ambientalmente. É considerada reserva da Biosfera, portanto, a maior lei que define o ecossistema da mata atlântica. Essa constante vigilância, as multas freqüentes,

Crianças dos quilombola vão à escola

os coloca na condição de clandestinidade, de transgressão, reprimindo-as ao desenvolver suas atividades costumeiras.

Jornal do CRESS: E isso não significa a dizimação gradativa daquelas comunidades? Qual a alternativa que eles estão buscando?

Rosana: Na verdade há um comprometimento da continuidade da reprodução social deles. Eles estão buscando, junto com a regularização das terras, encontrar outras alternativas de produção. Já existem pesquisas feitas pelo Estado, pelas Universidades, de manejo do palmito, de forma a não acabar com a reprodução do palmito. Cortando apenas aquelas árvores que podem ser cortadas. De certa forma, eles faziam isso antes, além disso era em proporção menor. Hoje tem a entrada de outras pessoas naquela região e fica uma coisa sem controle, comprometendo a reprodução da espécie, sua variedade, e aí é complicado...

Jornal do CRESS: Como estão então sobrevivendo as famílias naquelas comunidades?

Rosana: Com esta dificuldade que eles estão tendo de continuar a forma tradicional de como eles produziam, e também em decorrência de uma grande enchente que ocorreu em 1997, que foi um arraso, cobriu a Vila de Ivaporunduva. Com esta enchente, que teve uma repercussão não só na produção de Ivaporunduva, levando roças inteiras, mobília, casa, um horror. E as fazendas da região que as vezes os contratavam, deixaram de contratá-los porque foi uma crise muito grande na região. E aí, temporariamente, tem a distribuição de cestas básicas, via programa Comunidade Solidária. Tem uma entidade, vinculada à Prefeitura local, que chama Serviço de Obras Sociais (cuja presidente é a primeira-dama) onde uma assistente social que distribui estas cestas. Mas não é uma Política Pública que garante a alimentação à essas comunidades. É só em situações de emergências. Na enchente, por exemplo, teve uma grande campanha feita pela Rádio Eldorado em São Paulo, e aí foi um caminhão de alimentos, roupas. Mas é só socorro, e depois continua do mesmo jeito. E eles estão numa situação econômica muito precária.

Jornal do CRESS: O que ajudaria neste caso?

Rosana: O que a gente entende é que deveria ser implantada a Lei Orgânica de Assistência para que essas famílias tivessem os seus direitos garantidos e continuados. Isso também é uma forma de serem tratados como iguais – eu não gosto da palavra cidadania que é uma coisa do capitalismo. Garantir o mínimo previsto na Lei Orgânica, para eles poderem comer. Não sempre, mas no momento a situação é trágica.

Jornal do CRESS: Que outros conflitos e temores se encontram nas comunidades?

Rosana: O medo constante da construção das barragens. Mesmo porque elas vão se sobrepor ao território deles. Ou seja, deixará todo aquele território sob as águas. Essa ameaça os mantêm na condição de medo. Enquanto isso existir não se pode dizer que eles podem ser considerados cidadãos. A

Mutirão para construção de canoas (varação), principal meio de transporte na região

convivência com o medo é histórica. Primeiro foi a escravidão, uma coisa terrível. Num segundo momento, a busca da sobrevivência numa terra, sem nenhum apoio, sem estradas, sem condição de produção e freqüentes conflitos fundiários. Ou seja, vez ou outra aparecia uma pessoa dizendo-se dono daquelas terras. Apesar disso, eles conseguiram manter-se na terra, mesmo com todos os conflitos .

Jornal do CRESS: Em que medida o reconhecimento da origem daquelas comunidades contribui para que eles sejam reconhecidas enquanto cidadãos?

Rosana: O primeiro passo seria que eles se reconhecessem enquanto pessoas com direitos iguais. Foi ficando claro que, ao reivindicarem o reconhecimento de sua identidade, as pessoas se reconhecem como iguais entre si para se diferenciarem das pessoas que são de fora da comunidade. Ao se identificarem como remanescentes de quilombos, a comunidades buscam, no reconhecimento de sua história, mecanismos que assegurem os seus direitos, desencadeando processos coletivos que representam ações afirmativas na busca da legitimidade. Ao mesmo tempo, mostram-se similares aos de fora da comunidade para fazerem oposição ao que não é de seu interesse, ganhando, desta forma, aliados na busca da continuidade, ou seja, da permanência no lugar.

Jornal do CRESS: Qual a situação legal dos terrenos onde as comunidades sempre viveram? São de particulares ou do Estado?

Rosana: Os terrenos das duas comunidades, apresentam em seu interior as terras particulares e devolutas.

Jornal do CRESS: De quem depende a regulamentação de posse das terras reivindicadas?

Rosana: Nas terras particulares, cabe ao Estado devolver estas áreas aos quilombos, uma vez que dele depende a sua desapropriação. As terras devolutas são as que o Estado mantém o domínio, e onde se encontram os posseiros. Também depende do Estado a regulamentação dessas posses.

Jornal do CRESS: Quando as duas comunidades reivindicaram as terras de quilombo?

Mulheres fazem farinha de mandioca

Rosana: A Vila de Ivaporunduva reivindicou judicialmente o seu reconhecimento como remanescente de quilombo, e teve o seu reconhecimento oficial em 1997. Esta comunidade teve enfim o seu reconhecimento oficial como remanescente de quilombo, mas ainda há um longo caminho para a aquisição definitiva do documento das terras, uma vez que o reconhecimento, por si só, não garante o direito à terra. Já a de Pedro Cubas ainda não conseguiu este reconhecimento.

Jornal do CRESS: O que eles reivindicam e de que forma estão sendo assessorados?

Rosana: Em mobilização permanente, buscaram a assessoria dos movimentos sociais, quando os membros da comunidade elaboraram os laudos etnográficos que compõem a ação declaratória contra a União Federal, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e a Fazenda Alagoinha – Companhia de Empreendimentos Gerais, Sociedade Anônima, reivindicando 3.158,11 hectares de terras pertencentes a comunidade. As ações judiciais que a comunidade de Ivaporunduva está movendo contra o Estado são decorrentes da criação do parque Estadual Intervales nas suas terras. O que se discute é o direito à posse das terras. Há ainda outra ação contra o Estado e que diz respeito a criação de barragens hidroelétricas, que devem ser estabelecidas na foz do rio Batatal, locali-

Acervo ISA

zada a cerca de 20 quilômetros de Ivaporunduva. A construção desta barragem acarretaria, segundo previsões, a inundação da Vila Ivaporunduva. A proponente dessa construção é a Cesp. Há ainda uma terceira ação que a comunidade move contra uma empresa privada, e que se refere à posse da terra. Os membros da comunidade tentam resgatar as terras da Fazenda Alagoinha que tem o título de domínio de uma parte do território da comunidade. Essas ações constituem o processo de remanescentes de quilombos de Ivaporunduva, através do qual buscam o seu reconhecimento e a efetiva regularização de suas terras.

Jornal do CRESS: Os remanescentes de quilombos esbarram numa série de impedimentos legais, sobretudo quando descobre que parte daquelas terras, dentro da mata, são de particulares. Alguns são proprietários de fato, mas a história do Brasil, buscando um período ainda anterior ao Coronelismo registra uma série de fazendas que, ao fazer um estudo minucioso, verifica-se que esses proprietários se apossaram daquelas terras. Como se dava esta "posse"?

Rosana: Vem dos grilos. A origem dessa palavra mostra que pessoas faziam escrituras, colocando a folha a papel com o termo da "posse" no sereno para que ela ficasse envelhecida e ai substituía no livro das escrituras. No caso de Ivaporunduva tem uma área que é particular, mas ninguém sabe de fato quem é o dono, é de uma empresa. A história oral diz que um belo dia um italiano apareceu na região e disse que as terras eram dele. Configurou-se um conflito na época. O tal personagem colocou placa e tudo. Hoje, não tem a presença de ninguém lá dentro. Só que quando você vai fazer os levantamentos cartoriais você encontra essa empresa que é dona de parte do território.

Jornal do CRESS: Existe algum grupo ou entidade assessorando estas comunidades para pesquisar os registros e as origens cartoriais destes títulos particulares?

Rosana: Esse trabalho de levantamento cartorial é realizado pelo Instituto de Terras e pelo Ministério Público. A região toda tem essa situação de terras devolutas. Essas terras não foram regularizadas ainda. Desde que eu cheguei na região, em 1986, tem uma ação do estado no sentido de estar regularizando as terras. Só que é tão complexo essa situação, e vai se sobrepondo a outra questão que é a ambiental. Não é só dar o título das terras, tem que considerar então a situação ambiental. Na área de parque por exemplo, você não pode expedir o título. E o Estado de São Paulo tem todos os levantamentos sobre as terras. O Instituto de Terras em São Paulo, tem tudo, mapa e todos os dados necessários de todas as comunidades presentes no Estado. E os documentos jurídicos que embasam historicamente aquela situação.

Casal de remanescentes de escravos quilombolas

Jornal do CRESS: Terminada a sua dissertação, você tem notícia de como está a situação de reconhecimento das comunidades e titulação das terras?

Rosana: Está assim: no caso de Ivaporunduva eles tem o reconhecimento do Governo Federal e aguardam o título definitivo das terras; esta foi a última notícia que tive em Brasília, quando estive lá.

Jornal do CRESS: Passado este árduo processo de reconhecimento enquanto comunidade quilombola, e vindo a titulação das terras, isso vai significar que nem o Estado, empresários, latifundiários-grileiros, mexem com aquelas comunidades? As terras afinal são deles?

Rosana: Acho que cria uma melhor condição de negociação na verdade. Porque nada garante nada. Daqui uns dias eles podem ter um outro parque em cima deles. As coisas são muito dinâmicas. Pelo menos eles se tornam iguais frente a Lei, já é uma grande coisa, que abre possibilidades de maiores negociações.

Jornal do CRESS: Esse enfrentamento com o Estado, não modifica o modo de viver e pensar desse cidadão, encrustrado na mata, vivendo uma maneira muito peculiar?

Rosana: Você faz idéia de quantas são as mudanças que eles estão vivendo? Isso que é o mais rico nesse processo todo. O cara que é um agricultor, que nasceu lá no meio do mato – eu também nasci e não há nenhum problema em falar assim, tá certo? De repente, ele se torna um presidente da associação dos moradores, ele tem que entender de leis, ele tem que dialogar com secretários, com deputados ... Eles estão vivendo um rico processo de transformação com todo este movimento. Eles estão tendo contato com outros quilombos do brasil, através da Fundação Palmares, das instituições do Estado, eles estão criando hoje uma organização dos quilombos no Brasil. E o José Rodrigues, ex-líder das comunidades no Movimento dos Atingidos por Barragens, está tendo um papel fundamental nesta história. Hoje eles têm uma pessoa que tem representação na região, e que os está representando fora dali.

Jornal do CRESS: E que fatores culturais permeiam esta resistência?

Rosana: Eu percebi que eles não apenas defendiam o território, quando eles brigam contra a construção das barragens, mas eles defendem a vida do rio. Trabalhei muito com entrevistas e histórias de vida, e cheguei a conclusão que na verdade eles acreditam que tudo que tem na terra, tem na água. É a idéia do mundo da água. Eles tem visagens do negro da água. É um ser humano que vive na água. Muita gente já viu. Eles falam com freqüência deste mito. Na minha pesquisa eu não aprofundei muito este aspecto. Foi possível compreender que a defesa do rio tem referência mítica, no caso o mundo da gente água, uma vez que a família Marinho se originou em diferentes negros da água que se incorporaram em cada comunidade. Eles não concebem a separação da terra, da água e da floresta, uma vez que são interdependentes.

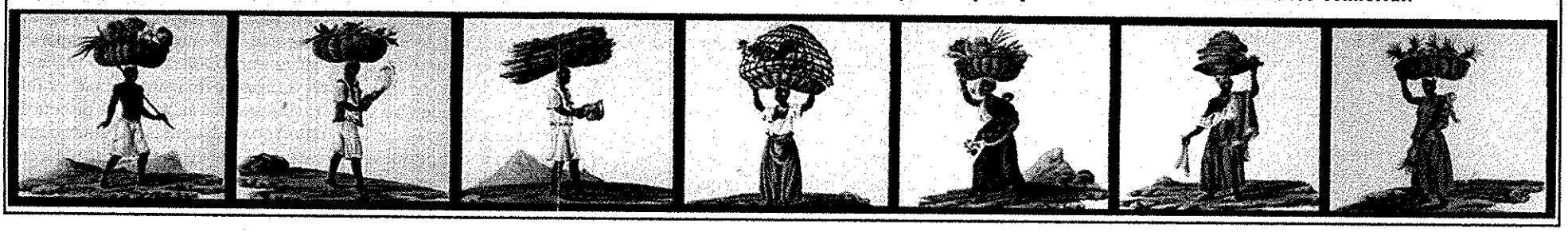
Jornal do CRESS: Quem são as pessoas da comunidade que falam com frequência deste mito? Os mais jovens reproduzem estas histórias?

Rosana: Os mais antigos afirmam tranqüilamente. Já os mais jovens têm a tendência a negar um pouco este mito.

O que eram quilombos?

Quilombo era, segundo definição do rei de Portugal em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". Dessa forma, no Brasil, como em outras partes da América onde existiu o escravagismo moderno, esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos. Onde quer que a escravidão existisse, o negro, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava.

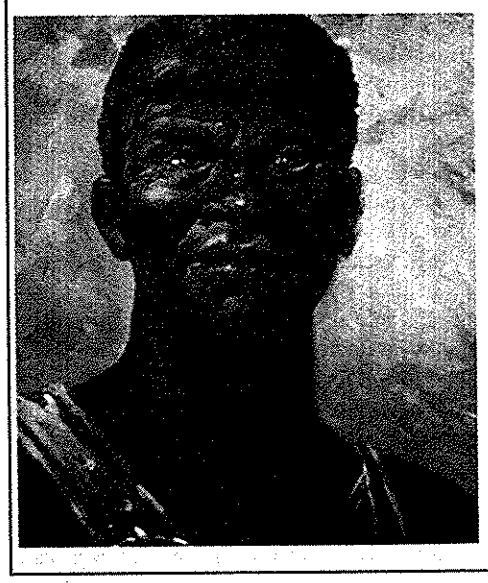
No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravagista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional. Foi a unidade básica de resistência do escravo. Em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo e, onde quer que o o trabalho escravo se estratificasse, surgia o quilombo ou mocambo de negros fugitivos oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as formas produtivas escravagistas, quer pelo rapto de escravos das fazendas, fato que constituía do ponto de vista econômico, subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial.



Acervo ISA

Documentação
SOC. AMBIENTAL
Fonte Jornal do CRESS nº 28
Data nov./dez./1998 Pg 6-9
Class. 90

Zumbi: guerreiro da liberdade



Zumbi nasceu em Palmares (Maceió), em 1655. Foi dado de presente ao cura de Porto calvo, padre Melo que deu a ele o nome de Francisco. Padre Melo achava-o inteligentíssimo e deu-lhe aulas de português, latim e religião. Em 1670, aos 15 anos, Franscisco fugiu de volta para Palmares e passou a se chamar Zumbi. De 1678 a 1695 , Zumbi torna-se líder de Palmares e impõe um forte esquema militar à vida do quilombo. Ele teve pelo menos cinco filhos.

Zumbi dos palmares foi por muito tempo, até hoje no Brasil, recordista de vitórias militares, porém diferiu de muitos campeões de guerra numa coisa: não combateu para conquistar territórios ou vanglórias. Desde que sentou no trono, na praça central da Cerca Real do macaco, seu corpo pequeno e magro se transformou numa flecha apontada para o coração do mundo escravagista. Ele transformou o povo inteiro de Palmares, quase 30 mil pessoas, num arco retesado. Durante 25 anos lutou bravamente contra os caçadores de escravos e representantes do governo e fazendeiros, que queriam destruir os quilombos e o próprio Zumbi. Mesmo coxo, desde os 18 anos de idade, em razão de ferimento de bala, resistia implacavelmente com várias estratégias.

Humilhado, o mundo do açúcar contratou o bandeirante Domingos Jorge Velho. Ele comprometeu-se, em 1687, com o governador de Pernambuco Souto maior, a destruir Palmares. Em 1692 Jorge Velho acampa com seu exército, próximo a Macaco, principal Mocambo de Palmares. Em 1694, Domingos Jorge Velho volta com nova expedição, agora com maior reforço e canhões. No dia 6 de fevereiro de 1694 o mocambo de Macaco (8 mil habitantes, 1.500 casas) é destruído e incendiado. No outro dia, o Quilombo de Palmares é destruído. Dezembro de 1694 surge a notícia de que Zumbi vive. Antonio Soares, homem de confiança de Zumbi, é capturado e torturado. Diante da promessa de liberdade revela o esconderijo do chefe, na serra. Em 20 de novembro de 1695, Antonio Soares conduz um grupo de 15 bandeirantes paulistas ao local onde Zumbi se encontra. Soares se aproxima de seu líder ferindo-o mortalmente. Nas brenhas da Serra Dois Irmãos, por volta de cinco horas da manhã de 20 de novembro, Zumbi dos Palmares foi morto aos 40 anos. O cadáver de Zumbi chegou na Câmara de vereadores de Porto Calvo para reconhecimento com quinze furos de bala e inumeráveis de punhal. Tiraram um olho e a mão direita. Foi castrado e seu pênis enfiado em sua boca. Depois a Câmara mandou separar a cabeça e envia-la para o governador em Recife, onde é exposta em praça pública.

Mortalidade entre negros no país supera a da África

A situação das crianças e negras e pardas no Brasil é gravíssima. Em outras palavras, até os 5 anos elas têm 67% mais chances de morrer do que uma criança branca. O índice de mortalidade entre crianças brasileiras pardas e negras de até 5 anos é de 76 para cada mil nascidas vivas. A taxa de mortalidade entre essa população no Brasil, de 76 por mil nascidos vivos, é maior, por exemplo, que os índices da África do Sul (67por mil) e do Zimbábue (74 por mil), segundo a ONU (Organizações das Nacões Unidas). As chances ainda menores de sobrevivência das crianças negras e pardas do país são consequência da segregação socieconômica a que são submetidas suas famílias. Isso ocorre em todo o território nacional. Em todas as regiões, crianças negras e pardas correm mais risco de morrer do que as brancas. Esses dados sobre o Brasil estão entre os Indicadores Sociais Mínimos, uma coletânea feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), disponível na página do órgão na Internet. Os dados se referem a 1996.

"A pobreza perpassa as questões social e racial , mas mesmo entre os pobres, os negros têm uma taxa de mortalidade maior. É que eles acumulam o peso de duas segregações, a de cor e a de renda", diz o demógrafo Celso Simões, do IBGE. O Brasil tem que enfrentar o problema da diminuição da taxa de mortalidade infantil. De cada mil nascidos vivos no Brasil, 37 morreram antes de completar 1 anos de idade. Esse número , embora tenha descrescido muito desde 1960 (quando era 118), ainda continua alto. O problema vai além da questão da saúde pública e passa para o campo da justiça social e da má distribuição de renda. Velho problema que os governos insistem em não encarar.

Em todos os indicadores socioeconômicos, os negros estão em desvantagem.

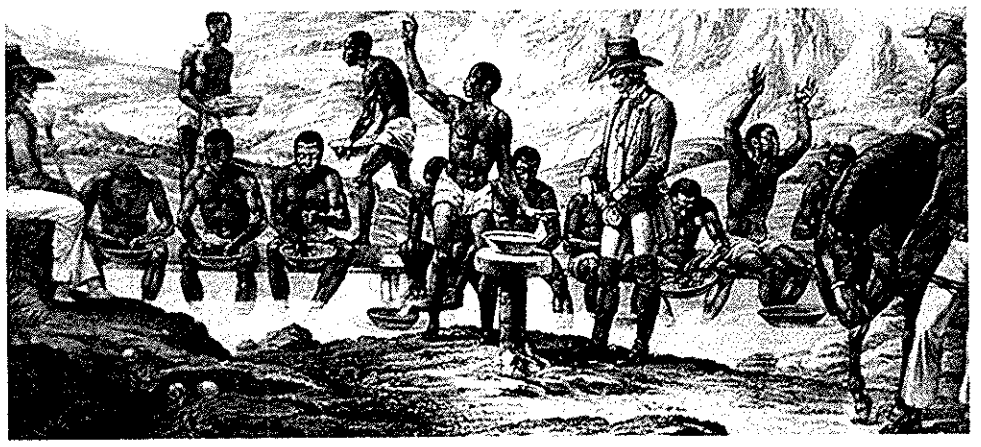
A taxa de desemprego, por exemplo, é 22% maior para mulheres negras do que para as brancas. Entre os homens, o desemprego é de 14% maior entre os negros.A segregação é mais explicita na comparação das rendas. Entre as mulheres brancas que fazem parte da população economicamente ativa, 61% têm renda de até dois salários mínimos. Entre as negras esse percentual é um terço maior: 81%. Entre os homens a diferença cresce ainda mais. Os negros com renda até dois salários mínimos são de 625 contra apenas 38% entre os brancos (diferença de 64%).

É na escolaridade que a segregação chega a seu ápice. Há mais do que o dobro de mulheres e homens negros (118% e 117%, respectivamente) com menos de quatro anos de estudo do que brancas e brancos.

Esses fatores socioeconômicos são mais importantes para explicar as diferenças entre as taxas de mortalidade de populações de raças diferentes do que eventuais fatores biológicos ou genéticos.

Mães pobres e com pouca escolaridade, como boa parte das mulheres negras, correm mais risco de desnutrição e hipertensão.

Seminário discute dívida do país com os negros



O Dia Nacional de Consciência Negra foi comemorado pelo Centro de Educação Comunitária para o Trabalho do Senac-SP, com o Seminário "O negro e a cidadania no limiar do século XXI". O Evento aconteceu dos dias 16 a 18 de novembro. Discutiu-se a cidadania do negro no limiar do século XXI, preconceito e mercado de trabalho, saúde e qualidade de vida, os Direitos Humanos e a cidadania da comunidade negra, a dívida de reconhecimento do país com o negro e a construção da sociedade brasileira e uma visão ecumênica das relações sociais no Brasil.

Durante o Seminário enfatizou-se significativas produções do negro na área da música, literatura, artes plásticas, desenho, fotografia, editorial, do direito, entre outras áreas. Buscou-se priorizar as efetivas contribuições do negro na construção da sociedade brasileira e mostrar as suas inúmeras contribuições nos diversos campos do saber.

Negro Cidadão

A União de Negros pela Igualdade, junto a Secretaria de Assuntos da Discriminação Racial do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP, e outras entidades sindicais e estudantis, promoveram no dia 20 de novembro o lançamento da *Cartilha Negrocidadão*. A cartilha busca democratizar informações referentes a direitos consagrados legalmente, mas desrespeitados, direitos de cidadania não consagrados legalmente, mas legítimos. A cartilha visa demonstrar aos órgãos públicos e instituições constituídas a necessidade de entender que precisam melhorar seu funcionamento. E outra idéia fundamental da cartilha é fomentar a necessidade de se atuar coletivamente para fazer valer os direitos dos negros e dar mais um passo na construção da negrocidadania. O evento teve a apresentação do Coral de Resistência Negra sob a regência de Moisés da Rocha. Estiveram presentes o sociólogo e escritor Clóvis Moura, a presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-SP Eunice Aparecida de Jesus Prudente, o cartunista Maurício Pestana, presidentes de diversos sindicatos e personalidades.

Câmara entrega título de Cidadão a ex-interno de Febem

O título de Cidadão Paulistano foi entregue no dia 13 de outubro ao professor Roberto da Silva.

A homenagem visou reconhecer o importante trabalho acadêmico realizado por Silva. Ele publicou o livro "Os filhos do Governo", onde, com rigor científico e necessário envolvimento, descreve um diagnóstico da infância e juventude de São Paulo.

O professor Roberto da Silva viveu a triste experiência de criança, adolescente e adulto recolhido a instituições totais, sob a responsabilidade do Estado, no período da ditadura militar.

No livro, Silva mostra também, sob a ótica de quem vivenciou a situação, a problemática das crianças e jovens que passam por órgãos os estatais de repressão.

"É hora, não apenas de reparar materialmente os danos causados à criança que foi Roberto da Silva na Febem, como de reconhecer-lhe a cidadania de São Paulo, em caráter reparatório e simbólico", afirmou a responsável pela proposta na Câmara Muncipal de São Paulo, a vereadora Aldaíza Sposatti.